Revista Debates Insubmissos

ENTREVISTA COM PROFESSOR DANTE HENRIQUE MOURA - OLHAR SOBRE A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO FORMATIVO DOS FILHOS E FILHAS DA CLASSE TRABALHADORA

INTERVIEW WITH PROFESSOR DANTE HENRIQUE MOURA - LOOKING AT THE REFORM OF HIGH SCHOOL AND ITS IMPLICATIONS IN THE FORMATIVE PROCESS OF SONS AND DAUGHTERS OF THE WORKING CLASS

Adriana Souza[1]

Professor Dante Henrique Moura
Foto da entrevistadora

APRESENTAÇÃO

O Professor Dante Henrique Moura é doutor em Educação pela Universidade Complutense de Madri (2003). É professor do IFRN desde 1986, onde leciona disciplinas do núcleo Formação Pedagógica nas licenciaturas oferecidas pela Instituição. De 2010 a 2012 coordenou o processo de elaboração da proposta de criação do Programa de Pós-graduação em

[1] Adriana Aparecida de Souza. Doutora e pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) pelo Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN, Brasil). e-mail drycacyda@hotmail.com

Educação Profissional do IFRN - mestrado acadêmico (PPGEP), o qual foi aprovado pela CAPES em 2012. Coordenou esse Programa de 2013 a agosto de 2017. Em 2018 participou da elaboração do projeto do curso de doutorado no âmbito do PPGEP, o qual foi aprovado pela CAPES em 2018.

Já exerceu, dentre outras funções, a de Vice-Diretor Geral (1996-1998) e a de Diretor de Ensino (2004-2005). Participou (2005 a 2007) dos Grupos de Trabalho que elaboraram, no âmbito do MEC, os Documentos Base do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e do Ensino médio integrado aos cursos técnicos de nível médio. É pesquisador em educação, atuando principalmente em Políticas Educacionais e Trabalho e Educação, com ênfase no campo da educação profissional e em sua integração com a educação básica e com a educação de jovens e adultos.

Coordenou o FORPRED Nordeste de outubro de 2015 a agosto de 2017. Integrou o Comitê Científico da ANPEd, representando o GT09 (Trabalho e Educação), de outubro de 2015 a outubro de 2017. Coordenou o GT09 da Anped de outubro de 2017 a outubro de 2019.

Essa entrevista foi realizada em abril de 2019, no PPGEP/IFRN. O objetivo da entrevista é refletir sobre o contexto da reforma do Ensino Médio sancionada pela Lei 13.415/2017, bem como, as implicações e os imbricamentos econômicos, culturais, sociais e políticos entrelaçados nas políticas públicas voltadas para educação profissional e sua atuação profissional. Nesse sentido, os impactos diretos e indiretos na vida dos jovens brasileiros e, em específico, os oriundos da classe trabalhadora do País.

Entrevista com o professor Dante Henrique Moura

Adriana Souza: A reforma do Ensino Médio (EM) é uma necessidade consensualmente apontada pelos especialistas. Todavia, a reforma aprovada por medida provisória e sancionada pelo Presidente Michel Temer, em 2017, tem sido criticada em todos os

aspectos. Quais seriam suas críticas à reforma do Ensino Médio?

Professor Dante Moura: Com relação à primeira pergunta sobre as críticas feitas à reforma do Ensino Médio decorrente da Medida Provisória nº 746/2016 convertida na Lei nº 13.415/2017, vou tentar sintetizar, porque são muitas. A primeira questão a situar é que essa medida não é algo isolado, ela está colocada em um contexto mais amplo e faz parte de uma racionalidade de um projeto, de um novo projeto de reforma do estado brasileiro, no sentido de recrudescimento da perspectiva neoliberal, da agudização da perspectiva neoliberal, porque, no período de 2003 a 2016, não houve um rompimento com essa perspectiva neoliberal, porque as bases macroeconômicas continuam as mesmas. Mas apesar disso, houve um movimento no sentido de alguns avanços com relação à garantia de direitos sociais importantes, embora que limitados por esse não rompimento com a macroeconomia do neoliberalismo, mas é importante reconhecer que houve esses avanços.

Então, esse processo em curso na sociedade brasileira, que eu denomino de um golpe contra a sociedade brasileira e compreendo que o golpe não foi apenas a derrubada da presidenta Dilma, mas ali denominaria que foi o primeiro ato do golpe, porque era necessário retirá-la do poder bem como o grupo que continuava na base, não é? Porque, com aquele grupo, não era possível implantar as medidas que estão em curso e era necessário retomar as rédeas, no sentido do fortalecimento da perspectiva neoliberal. Então, penso que é importante colocar isso.

O que está acontecendo agora, na verdade, a partir de 2016, e que se agudiza ainda mais com a eleição do Bolsonaro, é um processo de golpe contra os avanços sociais conquistados pela classe trabalhadora mais empobrecida desse país, ao longo das últimas décadas, principalmente no período de 2013/2016. Nesse sentido, o objetivo do golpe, em nossa visão, é tornar o estado ainda mais mínimo se possível, no que se refere à garantia dos direitos sociais, e mais máximo, na direção de regular os interesses do grande capital. Então, nesse contexto maior, a partir daí se vem desencadeando, o que na nossa visão corrobora essa tese: são sempre medidas que retiram direitos sociais, por um lado, e, por outro lado e ao mesmo tempo, regulam os interesses do grande Capital. Inclusive tem um texto meu e do companheiro Domingos Leite Lima Filho, da Universidade Federal Tecnológica do Paraná, em que nós falamos sobre a reforma do Ensino

Médio, publicado na revista "Retratos da Escola". Nele, nós partimos dessa discussão mais ampla para situar a reforma do Ensino Médio nesse contexto. Aqui não vou discutir essas outras medidas, vou apenas mencioná-las. A Emenda Constitucional nº 95/2016 é uma das medidas que, por um lado, retira direito social e, por outro, regula os interesses do grande capital. A reforma da previdência, a reforma trabalhista, todas caminham nessa mesma direção, elas, por um lado, atacam direitos sociais e, por outro, regulam os interesses do grande capital.

Outra medida, sendo que essa tem relação direta com o capital internacional, é a questão da Lei 13.365/2016 que estabelece um novo marco regulatório para exploração do Petróleo e do Pré-sal, também vai na mesma direção. Ela retira o direito e a obrigação da Petrobras de participar da exploração do Pré-sal em todas as suas áreas de produção. Isso era essencial para a soberania nacional porque a Petrobras, sendo uma estatal, tinha a garantia de permanecer com o domínio do conhecimento sobre a exploração do petróleo em águas ultraprofundas, conhecimento esse desenvolvido pela própria Petrobras. Quando a Lei altera retira essa obrigação e esse direito da Petrobras, o estado brasileiro está abrindo para o grande capital internacional aquilo que era um direito soberano do povo brasileiro, então, essa Lei está regulando os interesses do grande capital internacional. Por outro lado, esse movimento, com certeza, vai alterar para menos o tamanho do fundo do Pré-sal, cujos recursos, em grande parte, são destinados à educação e à saúde. Portanto, os recursos destinados à educação e à saúde, por essa via, também serão diminuídos.

Esse conjunto de medidas faz parte dessa nova racionalidade e, chegando na reforma do Ensino Médio, ela faz parte desse contexto. Ela é uma medida que ataca os direitos sociais, porque retira o direito do acesso ao conhecimento. E retira de quem? Retira o direito do acesso ao conhecimento não de todos e de todas, mas dos filhos da classe trabalhadora mais empobrecida desse país que estuda o Ensino Médio nas redes públicas estaduais. As escolas privadas não vão fazer esse movimento de redução do acesso ao conhecimento e, na rede pública federal, há alguma possibilidade de resistência nessa direção, face às diferentes condições e à autonomia administrativa, didático-pedagógica e financeira de que essas instituições gozam. Então, o endereço dessa medida é efetivamente os filhos dos pobres. O movimento é no sentido da

retirada do direito de acesso ao conhecimento. Portanto, repito, retira direito social, de um lado, e, por outro lado, regula os interesses do grande capital. Alguém pode perguntar onde está a regulação dos interesses do capital? É que essa medida, essa reforma, ela coloca como estratégia preferencial e como interlocutores privilegiados a esfera privada. Já está em curso há algum tempo e agora se agudiza mais, ou seja, com a reforma, tende a ser um movimento mais forte ainda o processo de privatização endógena da Educação Básica (EB) pública brasileira, especialmente, o Ensino Médio. Isso vem funcionando da seguinte maneira: a oferta continua sendo pública, mas quem está por dentro das redes estaduais fortemente, e cada vez mais, são as fundações e institutos, organismos do terceiro setor vinculados ao grande capital nacional e internacional. Por exemplo, quem está elaborando os projetos educativos, formando os professores para atuar nesses projetos de Ensino Médio, monitorando os projetos educativos que estão sendo desenvolvidos no Ensino Médio e que estão dentro das secretarias de educação estaduais de todo o país são essas fundações e institutos (Fundação Lemann; Fundação Itaú Unibanco; Fundação Bradesco; Fundação Ayrton Senna; Fundação Natura, Vanzolini entre outras).

Essas organizações estão inseridas nesse processo, determinando a concepção do projeto e a execução, porque formam os professores de acordo com esse projeto e com essa concepção educativa e ainda monitoram como é que estão sendo desenvolvidos. Evidentemente, a concepção de formação humana patrocinada por essas entidades não é a que interessa à classe trabalhadora, mas a que interessa ao capital. Definir como participar da formação da classe trabalhadora, para que essa seja formada segundo os interesses do grande capital.

Então, a reforma [do Ensino Médio] radicaliza esse movimento. Nessa mesma direção, quando a reforma coloca a possibilidade de parte do Ensino Médio ser feito à distância, no percentual de até 20% para os adolescentes e de até 80% para o público da Educação de Jovens e Adultos, é preocupante. Tem-se que pensar muito bem. Não significa que a educação à distância seja necessariamente desqualificada, mas o problema é que essa educação à distância, que está sendo colocada na reforma é uma educação à distância para o atendimento dos interesses do mercado educacional.

Temos que colocar duas coisas: Primeiro, a educação à distância é viável para determinadas situações, mas não é para todas. Por exemplo, é razoável pensar que o adolescente, no seu processo formativo, escolarizado substitua a presença física na escola, a prática social, a interação com os outros colegas, pela Educação à Distância? Deve-se considerar, inclusive, que esses sujeitos dificilmente terão condições, em suas residências, de terem acesso às plataformas educacionais com equipamentos que lhe possibilitem o acesso. O movimento que se está percebendo é diferente, é montar dentro das escolas salas de vídeo-aulas para que esses estudantes acessem os conteúdos dentro da escola. Portanto, o discurso da flexibilidade de que o estudante pode estudar num determinado momento, que pode estudar na sua casa, cai por terra, porque o movimento que está se delineando, é que se disponibilizem esses espaços dentro das escolas, então, o estudante tem que se deslocar para escola. O que se está desenhando com esse movimento? É a eliminação do professor, a substituição do professor, dentro da sala de aula. Então, o caminho que se constrói é resolver a questão da falta de professores, pela eliminação do professor, em algumas circunstâncias. São essas organizações vinculadas ao grande capital, que vão disponibilizar essas plataformas, cujo conteúdo é aquele que lhes interessa. Evidentemente, tem uma relação de mercado, porque eles vão ganhar com esse processo.

Enquanto isso, os estudantes serão prejudicados, porque terão prometido acesso ao conhecimento, acesso à educação enquanto prática social, considerando que são adolescentes. No caso de público jovens e adultos, o assunto se torna mais grave ainda, porque são sujeitos que, no seu processo educacional, historicamente, têm lacunas cognitivas bastante significativas, e, além disso, em sua maioria, são trabalhadores. Então, qual é o tempo que eles vão ter para estudar até 80% da carga horária do Ensino Médio à distância? Que autonomia eles construíram, ao longo do tempo, para que possam ter autodisciplina para fazer isso à distância e em que condições materiais concretas eles vão estudar fora de um ambiente de sala de aula física? Essa é uma das questões, mas eu queria enfatizar, na verdade, um outro aspecto que é extremamente perverso da reforma, é a negação do acesso ao conhecimento explícito na definição da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Ora, antes da reforma, nós tínhamos uma carga horária mínima 2.400 horas, para essa etapa da Educação Básica, que é a última etapa da Educação Básica, e que diz respeito àquilo que é comum a todos os conhecimentos das Ciências, das Letras e das Artes. Só aí, é, no mínimo, um prejuízo de 600 horas de carga horária relativas aos conhecimentos básicos gerais comuns a todos.

Então, isso é um ataque ao direito do acesso ao conhecimento. Além disso, a reforma define como disciplinas obrigatórias Língua Portuguesa, Matemática e Inglês. Assim, deixam de ser obrigatórias todas as demais disciplinas. Essa reforma coloca nos sistemas de ensino de cada Estado, o poder de definição sobre quais disciplinas deverão estar no currículo além dessas que são obrigatórias e, evidentemente, quais as cargas horárias. Ora se o máximo é de 1.800 horas, pode ser menos do que 1.800 horas. Nós poderemos ter a eliminação ou redução significativa da carga horária das demais disciplinas ou de parte delas.

Além disso, na medida em que as disciplinas deixam de ser obrigatórias, deixa de ser obrigatória também a existência de professor para aquela disciplina. E isso tem relação direta com a formação dos professores. Em síntese, a reforma, e eu cito aqui, o meu colega professor Ronaldo Marcos de Lima Araújo, da Universidade Federal do Pará. Ele afirma que, fundamentalmente, a reforma ataca três conceitos fundantes da educação brasileira: Educação Básica; profissionalização docente; educação pública. Sobre o conceito de educação pública, já falei, não vou repetir. Sobre o conceito de Educação Básica, onde é que ataca? Quando reduz a carga horária, que era mínima de 2.400 para um máximo de 1.800 horas, do que é comum a todos. A Constituição define como Educação Básica aquela educação que é obrigatória mínima e comum a todos, ao diminuir a carga horária obrigatória mínima e comum a todos, ataca-se essa Educação Básica. Portanto, se está retirando o direito de acesso ao conhecimento. Por isso, se pode afirmar, sem sombra de dúvidas, a inconstitucionalidade dessa Lei, decorrente da MP 746. Porém, isso não prosperou, embora alguns movimentos tenham sido delineados nessa direção, a correlação de forças não permitiu nem que houvesse uma discussão mais aprofundada sobre sua inconstitucionalidade. O outro aspecto é o ataque à profissionalização docente. Assim, esse conjunto de medidas que constituem a reforma (Lei nº 13.415/2017, a BNCC e as

diretrizes curriculares nacionais para o EM e ainda as diretrizes curriculares para educação profissional técnica de nível médio, que, agora, nesse momento, [primeiro semestre de 2019] em que estamos realizando a entrevista, estão em discussão no Conselho Nacional de Educação) aponta que, dois anos após aprovação da BNCC, deverão existir novas diretrizes curriculares nacionais para formação de professores da Educação Básica. Essas diretrizes devem apontar na direção de que, a formação de professores da EB deixe de ser por disciplinas e passe a ser por área de conhecimento. Em vez de ter professor, por exemplo, na área de Ciências Natureza: química, física e biologia, passaria a ter professor na área de Ciências, e, assim, da mesma maneira para as outras áreas. E isso é colocado em nome do conceito de interdisciplinaridade. Então, cabe aqui colocar que a reforma faz uso completamente inadequado e distorcido do conceito interdisciplinaridade. Por quê? Porque o conceito de interdisciplinaridade não elimina a disciplina, ele trata do diálogo entre as disciplinas, porque cada disciplina continua tendo seu objeto e método próprio de estudo.

Nesse contexto, o ataque à formação docente ocorre pela via da precarização, pois se, atualmente, o sujeito tem a formação de 4 anos para determinada disciplina, como é que, nos mesmos quatro anos, ele vai ter uma formação que permita o aprofundamento em três disciplinas? Isso para falar de onde tem menos disciplina, que é na área das Ciências da Natureza, pois, se for para as Ciências Humanas, o número de disciplinas é ainda maior.

Mas isso é coerente com a lógica da reforma. A lógica é baseada na ideia de que pela Educação à Distância se vai resolver o problema no Ensino Médio. Essas grandes fundações e institutos, a que já nos referimos, vão desenvolver essas plataformas, o material didático e o professor vai ser um aplicador desse material didático. Então, para ser o aplicador do material didático, o professor não precisa ser um intelectual daquela disciplina, ele vai ser um técnico, que vai aplicar o material elaborado por outro. Portanto, não se exigirá desse professor um conhecimento aprofundado de cada disciplina. Essa é a lógica que se coloca, atacar três conceitos fundantes da educação brasileira: Educação Básica, educação pública, profissionalização docente.

Adriana Souza: Muitos especialistas que criticam a reforma do Ensino Médio e são favoráveis a uma outra reforma do EM, mas não a que vem sendo implantada, usam como argumento que dos 30 países que ficaram em primeiro lugar no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) de 2012-2015 nenhum tem uma carga horária de 4 horas e meia com 13 e até 15 disciplinas. O senhor concorda com eles? Por quê? Há alguma experiência no Brasil que possa corroborar seus argumentos?

Professor Dante Moura: Veja bem. Esse é o argumento realmente utilizado nos textos, ou seja, nenhum país tem esse número de disciplinas no EM. O problema é que isso não é verdade. Os estudos mostram que nós não podemos considerar essa avaliação em larga escala como avaliação efetiva, porque ela tem um caráter homogeneizador de diferentes realidades históricas, sociais e culturais.

Então, nós não podemos, do ponto de vista teórico, concordar que o PISA, por exemplo, é efetivamente uma avaliação, ele é a constituição de indicadores que podem ser levados em consideração, mas não se constitui em uma avaliação no sentido amplo e completo ao não considerar a realidade concreta na qual cada grupo social avaliado está inserido. Mas retirando isso de cena e considerando os resultados do PISA, eles têm mostrado que os países que não segregam, que não fazem o que a reforma do EM está querendo fazer, que é criar 5 itinerários formativos, portanto, segregando os estudantes, têm apresentado os melhores resultados. Para quem quiser se aprofundar, sugiro o texto da professora Carmen Sylvia Vidigal Moraes: Ensino Médio e as comparações internacionais Brasil, Inglaterra e Finlândia, no qual, além desses países, a autora faz algumas inserções na realidade de outros países. Ela mostra, no texto, por exemplo, que a Finlândia, que não faz essa segregação é o país que está no topo dos resultados do PISA nos últimos anos; que a Polônia é um país que tem tido resultados sempre crescentes; e que a Suécia, ao contrário, que obtinha resultados muito melhores, quando não tinha esses itinerários, tem caído em seus resultados ultimamente. Essa pesquisadora aponta ainda que os grandes exemplos a nível mundial, que seguiram esse caminho da segregação e da divisão, Estados Unidos e Chile, para citar apenas dois, estão com os indicadores muito abaixo e caindo

bastante.

Infelizmente, esse é o movimento que está em curso no Brasil por meio da reforma em discussão. Mas também há um movimento em sentido contrário, o Ensino Médio que vem sendo construído, a duras penas, na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. É um Ensino Médio que tenta garantir toda essa formação básica geral de forma integrada a uma formação profissional. É um Ensino Médio, de cursos com uma carga horária densa, em média, de 4.000 horas, garantindo todos os conhecimentos científicos, tecnológicos, assim como das Ciências Humanas, das Letras, das Artes e das Ciências Sociais, de forma integrada. Esse tipo de Ensino Médio vem dando certo, inclusive, pela lente estreita das avaliações em larga escala. As avaliações do ENEM, o IDEB e o próprio PISA mostram que esse Ensino Médio, apesar de ser para poucos (e esse é o problema), proporciona resultados muito satisfatórios. Aqui eu reitero, as pontuações críticas que fiz referente às avaliações em larga escala, mas, como esse é o parâmetro que vem sendo adotado pelo Governo Federal para dizer que o Ensino Médio é o caos, esse mesmo parâmetro nos mostra que, existe um tipo de Ensino Médio que funciona muito bem. Por exemplo, o resultado do PISA, esse a que você se referiu na sua pergunta, mostra que esse Ensino Médio da Rede Federal tem resultados acima da média dos países ricos da OCDE. Ou seja, aqui, em um país periférico, há um tipo de Ensino Médio cujo resultado está acima de parte dos países ricos da OCDE e, internamente, no Brasil é, disparadamente, o melhor.

Então, em sendo assim e se supostamente a reforma deseja melhorar a qualidade do Ensino Médio, como é que se explica que, em vez de estender para as redes estaduais esse modelo, cujos resultados vêm sendo positivos, segundo os parâmetros utilizados pelo próprio governo para afirmar que, em geral, o Ensino Médio brasileiro não serve, propôs uma reforma como a que estamos discutindo? A resposta para isso, é que, na verdade, a reforma não tem o objetivo de melhorar a qualidade do Ensino Médio brasileiro para todos e para todas.

Na verdade, a reforma visa baratear o custo da formação, a partir da lógica de que a educação serve para os interesses do mercado e nós, no Brasil, não temos um mercado que exija para a grande maioria dos trabalhadores uma formação que lhe permita atuar em postos de atividades

complexas, pois eles não existem para a maioria da população. Nesse sentido, o que está em jogo é uma formação para cada tipo de atividade (se simples ou complexa) e a partir daí a reforma, no lugar de estender esse modelo que, do ponto de vista da concepção de formação humana, vem dando certo, segundo os próprios parâmetros do governo, o que se faz é exatamente o contrário: é precarizar ainda mais aquele Ensino Médio das redes estaduais e tencionar esse modelo cujos resultados são positivos, no sentido de também comprometer a qualidade desse modelo, via redução orçamentária imposta pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que já está trazendo para essa Rede Federal grandes problemas orçamentários, inclusive, medidas no interior da própria Rede, no sentido, de tentar se adequar à reforma via redução da carga horária e da duração desses cursos, comprometendo a qualidade da formação dos estudantes. Esse já é o movimento que começa a existir na Rede Federal**.**

Adriana Souza: Há especialistas que desacreditam da reforma do Ensino Médio em curso argumentando que a PEC do teto de gastos inviabiliza qualquer reforma educacional no curso de 20 anos e que essa reforma ficaria apenas no âmbito de mudanças curriculares de "cima para baixo" via Base Nacional Comum Curricular. Qual seu posicionamento sobre isso?

Professor Dante Moura: Eu penso que já comentei sobre isso nas questões anteriores, mas é importante retomar a questão, que é fundamental. Primeiro, porque, como eu já coloquei anteriormente, a Emenda Constitucional nº 95/2016 inviabiliza qualquer reforma que tenha por objetivo melhorar a qualidade da educação brasileira pois congela os investimentos nas áreas sociais, incluindo a educação e a saúde, e não é possível fazer educação de qualidade com menos recursos do que os existentes.

Ademais, como é que se pode fazer uma escola em tempo integral com menos recursos do que os utilizados hoje para uma escola de meio tempo com uma única jornada? Mas é o que está colocado. Então, esse é um ponto. O outro ponto que é o seguinte: a reforma parte de um

diagnóstico aparentemente correto, não é? De que o Ensino Médio brasileiro vai mal. E isso é verdade. Nós temos problemas no Ensino Médio brasileiro, mas só se pode analisar a educação do ponto de vista histórico e tem-se que colocar um elemento histórico importante nessa discussão que é o fato de que até 3 ou 4 décadas atrás o Ensino Médio (ou denominação equivalente) era para muito poucas pessoas. Embora agora continue não sendo para todos, aumentou muito o acesso a essa etapa. Isso por si só é um aspecto positivo.

Então, na hora que o governo vai dizer que o ensino brasileiro é um caos, não dá para fazer essa afirmação de maneira tão categórica, mas que ele tem problema. Agora por que o ensino brasileiro tem problema? É porque há uma certa ideia do senso comum de que quando o direito é para poucos ele pode ser bom, quando é para todos ou para muitos, não pode ser bom e isso vale para o movimento que se vem observando no ensino brasileiro nas últimas décadas. Ele era para muito poucos, era bom, agora que é para todos (melhor dizendo, para muitos, ele não pode ser bom). Faz-se uma relação de oposição "natural" entre quantidade e qualidade que é do senso comum, que não tem base científica. Mas por que, então, quando o Ensino Médio foi expandido para uma quantidade maior de pessoas perdeu qualidade? Porque não houve a garantia das condições materiais concretas de funcionamento. Esse é o grande problema do Ensino Médio, faltam nas escolas públicas estaduais e municipais e, principalmente, nas estaduais em termos do volume do Ensino Médio e, em termos de volume, falo de prédios que sejam adequados para o funcionamento da escola, climatização para que haja um nível de conforto que permita a concentração dos estudantes, laboratórios, bibliotecas, espaço para atividades sociais, artístico-culturais e esportivas, professores, do ponto de vista quantitativo, ter professores de todas as disciplinas, que sejam formados para atuar naquela disciplina, todas essas são condições materiais. Professores que tenham uma jornada de trabalho, que tenham uma carreira, que tenham uma remuneração digna, professores que possam ter o regime de dedicação exclusiva para atuar em uma única escola. Isso faz uma diferença grande, essa é uma diferença grande na Rede Federal e, dentre outros aspectos, das condições materiais concretas de funcionamento.

Essa é a questão central, o que a reforma faz? Ela joga uma cortina de fumaça nisso tudo e

esquece desse problema, que é o central, e afirma que o problema do Ensino Médio brasileiro é a organização curricular, vamos, então, mais uma vez, mexer na organização curricular para resolver o problema. Mas, o que é pior, mexe na organização curricular sem alterar absolutamente nada nessas condições concretas de funcionamento a que me referi. Portanto, pelas razões que já coloquei anteriormente, não há a menor possiblidade de essa reforma trazer melhoras e não há intencionalidade de que ela traga melhoras.

Adriana Souza: O senhor concluiu uma pesquisa sobre o Ensino Médio de diferentes modelos no Rio Grande do Norte e como procedimento além de ouvir gestores e professores, ouviu os jovens. O que dizem esses jovens do Ensino Médio sobre as condições de ensino e de aprendizagem a que são submetidos?

Professor Dante Moura: Essa pesquisa foi **desenvolvida** em escolas da rede estadual e em 4 *campi* do Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Portanto, pegamos 4 escolas federais e 10 escolas da rede estadual. A nossa intenção inicial era fazer uma pesquisa de caráter universal tendo acesso aos dados evidentemente dos quatro *campi* do Instituto Federal e das escolas estaduais. Aliás tínhamos acesso a todos os *campi* do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, mas nós não conseguimos o acesso cidadão a todos os dados de que precisávamos, na base de dados da rede estadual do Rio Grande do Norte Nós precisávamos, além dos dados curriculares, os problemas socioeconômicos, dos dados de remuneração dos professores, do rendimento da família dos estudantes. Mas nós não conseguimos ter acesso a esses dados.

Então, nós tivemos que fazer um recorte e conseguimos pegar quatro *campi* do Instituto Federal e 10 escolas da rede estadual, distribuídas essas 14 escolas por todas as mesorregiões do estado do Rio Grande do Norte. Portanto, a gente não pôde, de maneira nenhuma, analisar os resultados com os resultados que representem a universalidade das escolas, mas eles representam, de certa forma, porque nós tivemos esse cuidado de pegar uma distribuição geográfica que abrangesse todo estado do Rio Grande do Norte.

O que nós concluímos com essa avaliação, com esse estudo, é que, quando os estudantes do ensino médio da rede estadual colocam seus principais problemas, em nenhum momento, houve resposta dos estudantes que concentrasse esses problemas na questão curricular propriamente dita. Excesso de disciplinas como alega a reforma, engessamento do currículo como alegam os que defendem a reforma. A grande concentração dos problemas que os estudantes destacaram está relacionada com as condições materiais concretas, como os prédios que não têm condições de funcionamento, problemas com transporte escolar, problemas com alimentação escolar, problemas com falta de professores, problemas com a falta de professores formados para atuar na disciplina que atua. Enfim, a grande concentração foi nas condições materiais de funcionamento, foi o grande peso quando nós perguntamos aos estudantes quais os principais problemas que eles enfrentavam na escola.

Além disso, os estudantes colocam questões de ordem pessoal do ponto de vista socioeconômico como dificuldade para frequentar a escola: dificuldades para se deslocar para escola, falta de recurso para se chegar à escola, estudantes que precisam deixar de estudar, porque precisam trabalhar, pois a condição econômica da produção da subsistência fala mais alto do que a vontade de continuar estudando.

Outro aspecto que nos chamou muito a atenção, nessa pesquisa, foi o nível de consciência que os estudantes têm sobre a precariedade do tipo de formação que eles estão recebendo. Outro ponto que vale destacar é que, dentro do próprio sistema estadual, existe uma fragmentação: tem esse Ensino Médio de 3 anos de caráter **propedêutico**, tem o Ensino Médio integrado à Educação Profissional, tem o Ensino Médio na modalidade de Jovens e Adultos, e tem também Ensino Médio noturno. Então, existe uma grande fragmentação. Mas voltando à questão do nível de consciência que os estudantes têm sobre a precariedade do tipo de formação que recebem, esses estudantes do Ensino Médio propedêutico diurno, do Ensino Médio propedêutico noturno, que concentram a absoluta maioria dos estudantes, quando perguntamos qual a trajetória deles após a conclusão do Ensino Médio, grande parte deles, colocou como perspectiva o acesso ao Ensino Superior. Mas, quando fazemos essa mesma pergunta aos estudantes dos 4 *campi* do Instituto Federal, o percentual de resposta para a perspectiva de

acesso ao Ensino Superior é muito mais elevado do que a dos estudantes do Ensino Médio propedêutico. Os dados concretos para esses estudantes do Ensino Médio noturno e diurno propedêutico da rede estadual quando se pergunta sobre a perspectiva de acesso ao Ensino Superior, foi, em média, 60% a 65%; quanto aos estudantes dos *campi* do Instituto Federal, essa perspectiva de acesso ao Ensino Superior foi de mais de 90% a 95% percentual. Então, isso dá a dimensão para se pensar do sobre o nível de conscientização que esses estudantes têm em relação ao tipo de formação que eles estão recebendo e como essa formação os está preparando para o prosseguimento dos estudos.

Eu não estou aqui defendendo, de maneira nenhuma, que a única finalidade do Ensino Médio seja preparar os estudantes para seguir com seus estudos no Ensino Superior, mas esse é um indicador para nós da consciência que os estudantes têm do nível da formação que eles estão recebendo e o que essa formação lhes permite após a conclusão do Ensino Médio. Penso que seja um dado importante que nos dá a medida de como os estudantes veem o nível da formação que eles estão recebendo naquele espaço educativo ao qual eles têm acesso.

Outro dado extremamente importante surgiu quando nós fizemos uma segmentação e perguntamos para os estudantes desses dois tipos de escolas se eles trabalhavam ou não durante o período em que estavam cursando o Ensino Médio. O interessante é que o percentual de respostas afirmativas foi o mesmo, tanto para a rede estadual como para a rede federal. Em torno de 20% a 22,5%, respectivamente, disseram trabalhar cursando o Ensino Médio. Quando nós perguntamos sobre a remuneração, a resposta foi basicamente a mesma. Quando nós perguntamos a esses estudantes sobre o rendimento *per capita*, também é praticamente o mesmo entre os estudantes da rede estadual e da rede federal, e muito baixo. O rendimento pessoal daqueles que trabalham se concentrou na faixa de até 1 salário mínimo, e 1 salário mínimo e meio tanto de renda familiar *per capita* quanto de rendimento pessoal para os que alegaram trabalhar. Então, para nossa amostra na rede estadual ou na rede federal, não há diferença entre o rendimento familiar *per capita* e o rendimento pessoal daqueles que trabalham. Os percentuais foram sempre muito próximos e muito baixos.

Entretanto, nós encontramos, como resposta à quarta pergunta que fizemos foi um dos

principais achados de nossa pesquisa: ora se o rendimento familiar *per capita* é baixo nos dois casos, se o rendimento percentual daqueles que trabalham é muito parecido, então, nós perguntamos aos estudantes que tipo de trabalho realizavam durante o período que estavam cursando o Ensino Médio. Os resultados encontrados mostraram que os estudantes da rede estadual que declararam trabalhar tinham, de forma mais prevalecente, como tipo de trabalho: o trabalho doméstico, o trabalho na área da prestação de serviços ou na área da indústria ou operário de obra ou vendedor.

Enquanto os estudantes da Rede Federal que declararam trabalhar e que declararam que os rendimentos eram muito semelhantes aos de seus colegas da rede estadual quando perguntados em que trabalhavam, o que faziam durante a realização do Ensino Médio responderam preponderantemente que eram: bolsistas de iniciação científica do próprio Instituto Federal, bolsistas de iniciação profissional do próprio Instituto Federal e bolsistas como estagiário daquela área em que ele estava fazendo o curso. Também houve respostas de estudantes da Rede Federal que trabalhavam na área de serviços, mas esse foi o menor percentual, o maior percentual, cerca de 70%, desses estudantes eram bolsistas de iniciação científica, bolsistas de iniciação profissional e bolsistas como estagiário daquele curso que eles estavam fazendo no Instituto. Nos três casos, as atividades estavam intrinsecamente relacionadas com o processo formativo, atividades de aprofundamento do acesso ao conhecimento científico e tecnológico no caso dos bolsistas de iniciação científica e dos bolsistas como estagiários. No caso do bolsista de iniciação profissional, o trabalho desenvolvido não obrigatoriamente tem a ver com a formação, mas mesmo assim ainda tem um diferencial positivo em relação a seus colegas da Rede Estadual. Os estudantes da Rede Federal desenvolvem essa atividade dentro da instituição em que estão sendo formados, enquanto os estudantes da Rede Estadual desenvolvem atividade completamente à parte, descolados do seu processo formativo, sem relação com esse processo formativo, uma atividade de cunho menos intelectual, ou, em alguns casos, não intelectual, ou seja, realizam uma atividade de cunho manual não intelectual e não vinculada ao processo formativo. Por um lado, o próprio processo formativo daqueles sujeitos que estão fazendo o Ensino Médio na Rede Federal os leva a um processo de intelectualização da sua formação e, por outro lado, os estudantes da Rede Estadual estão num processo formativo mas precisam

trabalhar e esse trabalho não tem relação com o seu processo formativo, não contribui para a intelectualização desse sujeito, ao contrário, é um trabalho de caráter mais manual e dissociado do processo formativo que ele está desenvolvendo.

Muito importante registrar aqui que esse processo formativo quando é para poucos, como no caso dos estudantes da Rede Federal que, mesmo com todo o processo de expansão e capilarização que a Rede Federal teve nos últimos anos, tem um percentual muito pequeno da oferta de Ensino Médio, não alcança 2% do total da matrícula nesse nível da educação brasileira, mas ele é um Ensino Médio voltado para formar trabalhadores e trabalhadoras que tenham capacidade de inserção para trabalhar em postos de atividades complexas. Resumindo, quando é para poucos, o Ensino Médio tem a capacidade de dar essa formação qualificada, quando ele é para muitos, ao contrário, não contribui para essa formação que permite ao sujeito trabalhar em atividades mais complexas e o próprio processo formativo leva para esse lugar. Enquanto uns, durante a realização do Ensino Médio estão trabalhando em atividades periféricas de caráter simples, outros estão em um processo formativo que os leva a atividades complexas de caráter de trabalho complexo, de trabalho intelectual. Então, esse é um achado importante, fundamental, da nossa pesquisa.

Adriana Souza: Na reforma do Ensino Médio em implantação, tem-se a não obrigatoriedade de Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia. Na pesquisa que o senhor coordenou, os jovens apontaram essas disciplinas como não essenciais à formação deles? Como o senhor avalia essa não obrigatoriedade ou conjunto das humanidades no EM?

Professor Dante Moura: Aqui eu quero colocar que não são apenas essas disciplinas que deixam de ser obrigatórias, na verdade, são apenas três obrigatórias, que são a Língua Portuguesa, a Matemática e a Língua Inglesa, as demais não são obrigatórias. Portanto, eu expandiria essa preocupação para as demais disciplinas: não só Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, História e Geografia deixam de ser obrigatórias, mas também Química,

Física e Biologia deixam de ser obrigatórias. Então, é um empobrecimento geral da formação proporcionada aos sujeitos do Ensino Médio no contexto dessa reforma. Evidentemente, como há a não obrigatoriedade e uma redução da carga horária, haverá, na parte correspondente à BNCC, disputa para definir onde é que haverá essa redução na carga horária e, nessa disputa, eu não tenho dúvida de que essas disciplinas como Artes, Educação Física, Filosofia, História e Geografia, as humanidades de uma maneira geral, e as linguagens mais vinculadas a uma dimensão política na formação, elas serão mais comprometidas do que as disciplinas das Ciências da Natureza. Por quê? Porque as disciplinas das Ciências da Natureza têm uma relação mais direta com essas demandas do setor produtivo e, como a reforma é orientada para os interesses da demanda do mercado, evidentemente, essas demandas do setor produtivo serão mais consideradas. Aliás, fazendo uma ponte com a divulgação de uma entrevista muito recente do presidente e corroborada pelo Ministro da Educação, eles colocam claramente a intenção de diminuir os recursos destinados a essas áreas da Filosofia e da Sociologia. Então, essa postura mostra claramente qual a intencionalidade do atual governo. Eu vou aproveitar para ler uma publicação que é do último dia 26 de abril [2019] em que o Presidente da República corrobora a ideia do Ministro da Educação [Abraham Weintraub] que estuda descentralizar o investimento em faculdades de Filosofia e Sociologia, que são das áreas de humanas. Nesse caso, o aluno já matriculado não será afetado, o objetivo é aplicar em áreas que gerem retorno imediato ao contribuinte como veterinária, engenharia, medicina. O Presidente da República diz ainda que "a função do governo é respeitar o dinheiro do contribuinte ensinando para os jovens a leitura, a escrita e a fazer conta e depois um oficio que gere renda para pessoa e bem-estar para família, que melhore a sociedade em sua volta." O que ele está colocando aqui, explicitamente? Não é implícito, é explícito, que investir nas áreas de humanas é desrespeitar o dinheiro do contribuinte.

Então, ele mostra que, apesar de a reforma, não ter sido gerada, gestada no seu governo, ele está completamente antenado com a lógica da reforma, ou seja, que proporcionar conhecimentos sobre Filosofia, Sociologia e as disciplinas de Humanidades, em geral, é desrespeitar o dinheiro do contribuinte. Nesse sentido, respeitar o dinheiro do contribuinte é proporcionar a formação que interessa ao mercado, porque, para a lógica que orienta a reforma

e a atual fase do governo central do Brasil, a educação se restringe a formar para o mercado para alimentar essa lógica do mercado, fortalecer a dimensão econômica como dimensão central na formação da sociedade e, além disso, uma dimensão econômica no modelo de desenvolvimento econômico dependente e subalternizado, para que o Brasil cumpra um papel subalterno na divisão internacional do trabalho. Não é apenas a lógica do capital, é a lógica do capital de um país de capitalismo periférico que deve ser subordinado. E, portanto, não é necessário proporcionar uma formação, mesmo dentro da lógica do capital, que contribua para uma formação que permita ao sujeito se inserir em postos de trabalho que exigem e demandam atividades mais complexas. É para os sujeitos se inserirem nessa lógica periférica do trabalho manual, do trabalho simples, é não permitir que o sujeito, então, possa refletir sobre a sociedade onde ele está, sobre as contradições e a correlação de forças existente nessa sociedade.

E só para fechar, o momento em que a gente vive agora, a partir de janeiro [2019] se agrava mais, porque nesse momento tem-se a combinação dessa lógica do liberalismo econômico e do liberalismo econômico de um modelo dependente periférico de desenvolvimento associado ao conservadorismo de costumes. Então, esse é o quadro que a gente tem hoje. É o conservadorismo de costumes que ataca as liberdades e quer trazer de volta o obscurantismo próprio da Idade Média, que, inclusive, chega a questionar se a Terra é redonda, o que nos leva de volta para a teoria do geocentrismo, não é? De volta para teoria de que a Terra é o centro do Universo e de que é Deus que rege o Universo. E a Ministra [Damares], em uma de suas pregações, afirmou que havia subido na goiabeira para conversar com Jesus ou, em um discurso, afirmou que meninos vestem azul e meninas vestem rosa. Um quadro em que, ao se tratar do feminicídio, considera-se que se está tratando de ideologia de gênero; que as escolas devem ser militarizadas para que se tenha respeito "à ordem e ao progresso"; que deve haver uma flexibilização em relação à violência contra os grupos LGBT. Então, nós estamos associando o que há de pior: o liberalismo econômico, a partir de uma lógica de desenvolvimento dependente periférico, com o conservadorismo de costume. Esse é o quadro que nós temos na sociedade brasileira hoje.

Mas nós não temos o direito de aceitar isso e de concordar e, aliás, nem de baixar a guarda

pensando que isso não tem jeito, que tem que ser assim. Não! A história, como coloca Florestan Fernandes, é feita por ciclos e quem vai definir a abertura e o fechamento de novos ciclos da história são as classes em disputa. Então, a classe trabalhadora hoje está colocada sob uma grande pressão desse avanço do liberalismo econômico, mas a classe trabalhadora tem o grande desafio de se organizar e de reagir a esse processo. E esse é o papel fundamental de classe trabalhadora e, principalmente, da classe trabalhadora que trabalha no campo da educação formando pessoas, formando mentes. Nós ainda temos essa possibilidade, enquanto formadores e formadoras da classe trabalhadora, dada a característica imaterial do nosso trabalho, pois, para o capital, é difícil controlar o que a gente produz. Nós não produzimos peças, nós trabalhamos na formação de seres humanos e, nesse espaço, nós temos autonomia. Autonomia de pensamento, autonomia para formar os nossos sujeitos, não nessa perspectiva que o mercado periférico exige, mas, ao contrário, na perspectiva de negar, de questionar esse tipo de formação aligeirada, fragmentada, empobrecida. Nós temos essa capacidade, esse espaço de trabalho que nós formamos. Apesar de o governo querer colocar numa régua para medir pelas avaliações em larga escala, nós podemos resistir a essa lógica e, ao invés de formar esse sujeito limitado, a gente pode contribuir para a formação do sujeito autônomo e emancipado. Muito obrigado pelo espaço!

Submetido em: 15/10/2019
Aprovado em: 19/02/2020